



Câmara Municipal de Pouso Alegre

Estado de Minas Gerais

- F-C Assessoria Jurídica
- F-C Comissão de Legislação, Justiça e Redação
- F-C Comissão de Ordem Social
- F-C Comissão de Administração Pública
- F-C Comissão de Adm. Financeira e Orçamentária
- F-C Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Deficiente e da Pessoa Idosa
- F-C Comissão de Saúde, Meio Amb. e Prot. Animal
- F-C Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Quórum:
 (X) Maioria Simples
 () Maioria Absoluta
 () Maioria Qualificada

SUBSTITUTIVO Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 7648/2020

Às Comissões, em 08/09/2020

ASSUNTO: ALTERA A REDAÇÃO DO
ARTIGO 1º DA LEI N 5897/2017 E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Autor: Mesa Diretora

Anotações:

Requerimento nº 114/2020 - Única votação - aprovado na sessão.
Ordinário de 08/12/2020, por 13 votos a 0.

1ª Disc. / Votação	2ª Disc. / Votação	Única Votação
Proposição: _____	Proposição: _____	Proposição: <u>Aprovado</u>
Por _____ votos	Por _____ votos	Por <u>13 x 0</u> votos
em ____/____/____	em ____/____/____	em <u>08/12/2020</u>
Ass.: _____	Ass.: _____	Ass.: _____



CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE
Estado de Minas Gerais

SUBSTITUTIVO Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 7648 /2020

**ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 1º DA
LEI Nº 5897/2017 E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

Autor: Mesa Diretora

A Câmara Municipal de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, aprova e o Chefe do Poder Executivo sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Altera o artigo 1º da Lei nº 5897/2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 1º** Fica prorrogado, para os exercícios de 2021 a 2023, o Programa de Aposentadoria Incentivada, com o objetivo de incentivar a aposentadoria de servidores efetivos do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Legislativo do Município de Pouso Alegre/MG.

Parágrafo único. O prazo disposto no caput deste artigo pode ser prorrogado, mediante ato da Mesa Diretora”.

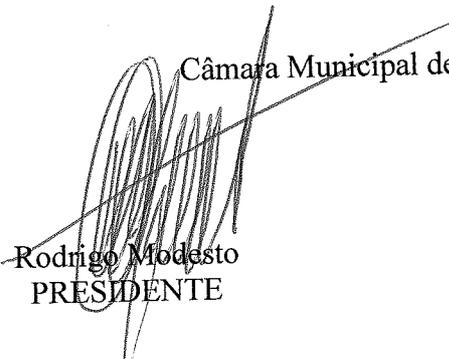
Art. 2º Altera o artigo 7º da Lei nº 5897/2017, que passa a vigorar com a seguinte a redação:

“**Art. 7º** Após o deferimento de adesão ao Programa de Aposentadoria Incentivada, os servidores terão o prazo de 60 dias para ingressar com pedido de aposentadoria junto ao Instituto de Previdência.

Parágrafo único. A protocolização do requerimento de aposentadoria em momento diverso do indicado no caput ocasionará a renúncia ao direito de adesão ao Programa de Aposentadoria Incentivada e aos benefícios dele advindos”.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Pouso Alegre, 08 de dezembro de 2020.


Rodrigo Modesto
PRESIDENTE


Dionísio Pereira
1º SECRETÁRIO



CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE
Estado de Minas Gerais



SUBSTITUTIVO Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 7648 /2020

**ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 1º DA
LEI Nº 5897/2017 E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

A Câmara Municipal de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, aprova e o Chefe do Poder Executivo sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Altera o artigo 1º da Lei nº 5897/2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 1º** Fica prorrogado, para os exercícios de 2021 a 2023, o Programa de Aposentadoria Incentivada, com o objetivo de incentivar a aposentadoria de servidores efetivos do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Legislativo do Município de Pouso Alegre/MG.

Parágrafo único. O prazo disposto no caput deste artigo pode ser prorrogado, mediante ato da Mesa Diretora”.

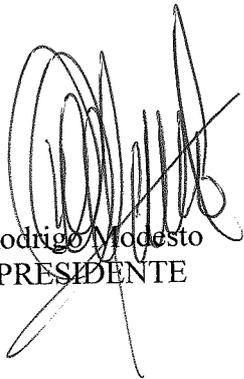
Art. 2º Altera o artigo 7º da Lei nº 5897/2017, que passa a vigorar com a seguinte a redação:

“**Art. 7º** Após o deferimento de adesão ao Programa de Aposentadoria Incentivada, os servidores terão o prazo de 60 dias para ingressar com pedido de aposentadoria junto ao Instituto de Previdência.

Parágrafo único. A protocolização do requerimento de aposentadoria em momento diverso do indicado no caput ocasionará a renúncia ao direito de adesão ao Programa de Aposentadoria Incentivada e aos benefícios dele advindos”.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 08 de dezembro de 2020.


Rodrigo Modesto
PRESIDENTE


Rafael Acolápio
VICE-PRESIDENTE


Dionísio Pereira
1º SECRETÁRIO



CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE
Estado de Minas Gerais



JUSTIFICATIVA

A lei nº 5897, aprovada nesta Casa de Leis em 2017, alinhou-se a políticas de gestão administrativa propagadas em todos os setores da Administração Pública.

Diante do crescimento vegetativo da folha de pagamento, torna-se conveniente que, em alguns casos, a Administração incentive a aposentadoria, a fim de que ingressem novos agentes no serviço público que, em início de carreira, implicam dispêndio público menor do que os que estejam avançados no plano de carreira.

Nesse sentido, o Programa de Aposentadoria Incentivada (PAI) criado pela Lei n. 5897/2017, e que se inspira em modernos programas implantados em âmbitos federal e estaduais, é um instrumento a serviço da Administração que, mediante razões econômicas e de conveniência e oportunidade, poderá incentivar a aposentadoria de seus servidores, mediante contraprestação financeira.

Não obstante a viabilidade e sucesso do instrumento, que já foi utilizado pela Câmara Municipal na aposentação de três servidores, foi positivada uma cláusula temporal de vigência que se escoou em dezembro de 2020.

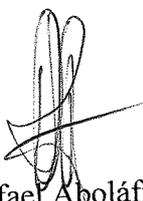
Como a implementação do Programa foi de suma importância financeira à Câmara, que passou a economizar relevante quantia com a aposentação dos servidores que aderiram ao PAI, faz-se necessária a sua prorrogação.

Ademais, a implementação do PAI tem contribuído para que a Câmara fique alinhada ao escopo de não aumento de despesas com pessoal, conforme Lei Complementar Federal n. 173/2020.

Sendo substanciais as razões para prorrogação do PAI, pede-se a aprovação deste projeto, conferindo lisura e prestígio à administração financeira da Câmara.

Sala das Sessões, 08 de dezembro de 2020.


Rodrigo Modesto
PRESIDENTE


Rafael Apolápio
VICE-PRESIDENTE


Dyonísio Pereira
1º SECRETÁRIO



CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE
Estado de Minas Gerais



ANEXO I

RELATÓRIO DE ESTIMATIVA IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

ALTERAÇÃO LEI 5897/2017

A responsabilidade pela gestão fiscal e o equilíbrio das contas públicas exigidas na Lei de Responsabilidade Fiscal- LRF pressupõe ações planejadas e transparentes de forma a efetuar rígido controle de despesas, observando-se sempre a disponibilidade orçamentária e de caixa para execução das mesmas.

Os atos de criação ou aumento de despesa deverão estar sempre acompanhados da estimativa do impacto orçamentário-financeiro, na forma de que tratam os artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O estudo leva em consideração a alteração da redação da Lei nº 5897/2017 que prorroga o Programa de Aposentadoria Incentiva da Câmara Municipal de Pouso Alegre.

IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO 2021

Não haverá impacto orçamentário-financeiro, tendo em vista que nenhum servidor da Câmara Municipal obterá requisitos para receber a indenização prevista no Programa de Aposentadoria Incentivada.

IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO 2022

Em agosto de 2022, a servidora de matrícula 103 obterá os requisitos previstos na Lei 5897/2017 para receber a indenização do Programa de Aposentadoria Incentivada.

O montante aproximado da indenização a ser pago à servidora será de R\$ 265.000,00 (duzentos e sessenta e cinco mil reais).

A origem dos recursos para o custeio do montante da indenização prevista do PAI será o valor economizado em folha de pagamento com a aposentadoria da referida servidora, montante aproximado de R\$ 675.000,00 (seiscentos e setenta e cinco mil reais) no período de setembro de 2022 até dezembro de 2023, incluindo a economia com os encargos patronais.



CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE
Estado de Minas Gerais

IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO 2023



Em novembro de 2023, a servidora de matrícula 101 obterá os requisitos previstos na Lei 5897/2017 para receber a indenização do Programa de Aposentadoria Incentivada.

O montante aproximado da indenização a ser pago à servidora será de R\$260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais).

A origem dos recursos para o custeio do montante da indenização prevista do PAI será o valor economizado em folha de pagamento com a aposentadoria da referida servidora, montante aproximado de R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais) no período de dezembro de 2023 até dezembro de 2024, incluindo a economia com os encargos patronais.



CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE
Estado de Minas Gerais



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a proposta acima, verificamos que existe **uma redução potencial de na folha de pagamento da Câmara de Pouso Alegre com a possível adesão das servidoras de matrícula 101 e 103.**

As referidas despesas são objetos de dotação específica, estando abrangida por crédito genérico, nas classificações orçamentárias acima, previstos no programa de trabalho nº 0014, assim como atende à Lei de Diretrizes Orçamentária e ao Plano Plurianual, bem como se encontra adequada aos parâmetros financeiros da administração, não infringindo, portanto, quaisquer disposições da legislação vigente.

Haverá dotação específica para atender tais despesas na elaboração dos orçamentos dos exercícios de 2021, 2022 e 2023.

Cabe informar que a prorrogação do Programa de Aposentadoria Incentiva não afetará os limites de gastos com pessoal, por ser tratar de despesas indenizatórias.

Ressalta que a Câmara Municipal está dentro dos limites previstos no artigo 20, III, "a" da Lei de Responsabilidade Fiscal e artigo 29 A da Constituição Federal.

Diante dos fatores acima citados, **verificamos a viabilidade financeira do objeto em estudo.**

Pouso Alegre, 08 de dezembro de 2020.

Nicholas Ferreira da Silva
Coordenador de Finanças e Orçamento
Câmara Municipal de Pouso Alegre



CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE
Estado de Minas Gerais



DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA

Na qualidade de ordenador da despesa, declaro para os devidos fins, especialmente os constantes da Lei Federal Complementar n.º101/2000, que objeto de levantamento de impacto orçamentário e financeiro, encontra-se em conformidade com a previsão de gasto, além de não comprometer as ações previstas nos resultados fiscais da Câmara Municipal de Pouso Alegre.

Pouso Alegre, 08 de dezembro de 2020



Rodrigo Otávio de Oliveira Modesto
Presidente da Câmara Municipal Pouso Alegre



Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Pouso Alegre – M.G.

Pouso Alegre, 08 de dezembro de 2020.

PARECER JURÍDICO – SUBSTITUTIVO Nº01 AO PROJETO DE LEI Nº7.648
/2020

Autoria – Poder Legislativo

Nos termos do artigo 79 do Regimento Interno desta Casa de Leis, analisam-se os aspectos legais do **Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 7.648/2020, de autoria da Mesa Diretora** que **“ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 1º DA LEI 5.897/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

O projeto de lei em análise visa em seu artigo primeiro (1º), fica prorrogado, para os exercícios de 2021 a 2023, o programa de aposentadoria incentivada com o objetivo de incentivar a aposentadoria de servidores efetivos do quadro permanente de pessoal do Poder Legislativo do município de Pouso Alegre/MG. Parágrafo único – O prazo disposto no caput deste artigo pode ser prorrogado, mediante ato da mesa diretora.

O artigo segundo (2º) Altera o artigo 7º da Lei nº 5.897/2017, que passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 7º - Após o deferimento de adesão ao programa de aposentadoria incentivada, os servidores terão prazo de 60 dias para ingressar com pedido de aposentadoria junto ao instituto de previdência. Parágrafo único – A protocolização do requerimento de aposentadoria em momento diverso do indicado no caput ocasionará

1



renuncia ao direito de adesão ao programa de aposentadoria incentivada e aos benefícios dele advindos.

O artigo terceiro determina que revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

COMPETÊNCIA

A Lei Orgânica Municipal dispõe, *in verbis*:

“ART. 40 - Compete privativamente à Câmara, entre outros itens:

(...)

III – dispor sobre a criação, transformação ou extinção de cargo e função públicos de seus serviços e fixação da respectiva remuneração, respeitado o regime jurídico único dos servidores municipais e os parâmetros da lei de diretrizes orçamentárias.”

A alteração proposta, então, situa-se no plano de competência privativa da Câmara Municipal através da Mesa Diretora.

FORMA

As matérias de competência privativa da Câmara Municipal devem ser propostas mediante projeto de resolução ou projetos de lei, nos termos do artigo 239 e seguintes da Resolução n. 1172, de 04 de dezembro de 2012 (Regimento Interno).

A forma da proposta em análise está adequada.



INICIATIVA

A iniciativa é privativa da Mesa Diretora, nos termos dispostos no artigo 40, III da Lei Orgânica Municipal, em conjunto com o artigo 43 e 242 da Resolução n. 1.172, de 04 de dezembro de 2012 (Regimento Interno).

Neste sentido os ensinamentos de **Mayr Godoi**:

“A direção administrativa dos serviços da Câmara envolve a manifestação da mesa, como colegiado, apenas na iniciativa dos projetos de criação dos cargos de sua secretaria e fixação dos vencimentos, na discriminação dos seus recursos, na prestação de suas contas e na convocação das sessões.”¹

Como se sabe, os entes que compõe a federação brasileira detêm, dentre outras, a capacidade de autoadministração, o que comumente se denomina **autonomia**.

Em sua acepção técnico-política, conceituada na ímpar lição de José dos Santos Carvalho Filho (*in* Manual de Direito administrativo, 30^a ed. Atlas), autonomia significa “*ter a entidade integrante da federação capacidade de auto-organização, autogoverno e autoadministração*”. No primeiro caso, a entidade deve criar seu diploma constitutivo; no segundo, pode organizar seu governo e eleger seus dirigentes; no terceiro, pode ela organizar seus próprios serviços”.

¹ GODOY. Mayr. A Câmara Municipal e o seu regimento interno. 5^aed –São Paulo: Liv. e Ed. Universitária de Direito, 2008.p.68.



Ao seu turno, pode a Administração organizar seus órgãos, suas diretrizes administrativas, fixar suas metas e eleger suas prioridades, em específico estabelecer o regime de seus servidores, dentro da conveniência e oportunidade que lhe são inerentes.

Entretanto, não se trata de uma difusão desregrada de seus atos e das políticas administrativas. À eles se atribuem **ponderações e limites**, evitando que desvirtuem o fim almejado e desmantelem a garantia do interesse público.

No trato do controle dos atos administrativos, dos seus limites e objetivos, o já citado autor José dos Santos Carvalho Filho (*in* Manual de Direito administrativo, 30ª ed. Atlas) pontua com clareza que:

“Outro princípio de relevo é o das políticas administrativas, ou seja, o poder que tem a Administração de estabelecer suas diretrizes, suas metas, suas prioridades e seu planejamento para que a atividade administrativa seja desempenhada da forma mais eficiente e rápida possível. Neste ponto, não se pode perder de vista que o único alvo da atividade administrativa tem que ser o interesse público, e sendo assim, é este mesmo interesse que estará a exigir o controle da Administração, não somente em sede de legalidade, mas também no que diz respeito aos objetivos a serem alcançados através da função de gerir os negócios da coletividade”. (grifamos).

Vê-se, desta forma que o fim precípua dos atos administrativos – e por óbvio, dos atos legislativos – é o **interesse público local**. É nele que se deve balizar o exercício da função legislativa.

Nesta senda, não se pode permitir a elaboração de atos legislativos voltados para políticas administrativas que, de qualquer forma, podem pôr o interesse público sob qualquer risco ou ameaça de suprimi-lo ou atenuá-lo.



E, dentre tantas formas de se incorrer em tais prejuízos, urge ressaltar que compete ao agente público a responsabilidade de resguardar políticas que não incorram no prejuízo – nem mesmo futuro – do orçamento fiscal e orçamentário, sob pena de se comprometer medidas ulteriores destinadas ao custeio dos interesses básicos dos cidadãos.

Em outras palavras: Não se pode comprometer, a qualquer título e pretexto, por forma mais vantajosa que se possa parecer no momento, o custeio das políticas administrativas futuras, na premissa de uma legislatura pautada na responsabilidade e zelo da coisa pública; a isto somado o quadro político e econômico incerto e as conjecturas da crise que assola o país.

O objetivo da lei de responsabilidade fiscal não é apenas estabelecer um sistema de equilíbrio de gastos e receitas da contabilidade pública, mas a instituição de políticas responsáveis, capazes de custear não apenas as políticas momentâneas, mas as futuras.

Aliado a tudo isto, a **administração responsável** da coisa pública desbrava caminho na aplicação dos **princípios da precaução e da prevenção**.

Para isto, servimo-nos uma vez mais da já invocada lição de José dos Santos Carvalho Filho, acerca do **princípio da precaução** (*in* Manual de Direito Administrativo, 30ª edição, Atlas):

“Atualmente, o axioma tem sido invocado também para a tutela de interesse público, em ordem a considerar que, se determinada ação acarreta risco para a coletividade, deve a Administração adotar postura de precaução para evitar que eventuais danos acabem por concretizar-se. Semelhante cautela é de todo conveniente na medida em que se sabe que alguns tipos de dano, por sua gravidade e extensão, são irreversíveis ou, no mínimo, de difícil reparação”.



Na mesma direção, importante trazer à baila as esclarecedoras ponderações de Juarez Freitas (*in* Direito Fundamental à Boa Administração Pública, 3ª ed. Malheiros), com assertiva lição no que concerne a aplicação do princípio da prevenção:

“O princípio da prevenção, no Direito Administrativo, estatui que a Administração Pública, ou quem faça as vezes, na certeza de evento danoso, tem a obrigação de evitá-lo, desde que no rol de suas atribuições competências e possibilidades orçamentárias. Quer dizer, tem o dever incontornável de agir preventivamente, não podendo invocar meros juízos de conveniência ou oportunidade em sentido contrário”.

(...)

“Em outras palavras, na hipótese de prevenção, antevê-se, com segurança, o resultado prejudicial. Correspondentemente, nos limites das atribuições, nasce a obrigação administrativa de escolher hábeis medidas interruptivas da rede causal, de maneira a impedir o dano antevisto”.

(...)

“Não se mostra remotamente plausível, nesses casos, a argumentação baseada em dúvida, salvo por arte do sofisma. Viável até a outorga de tutela específica para que o Poder Público tome as pertinentes providências de caráter preventivo. Não há nisso qualquer traço de paternalismo autoritário estatal. Ao revés: a inação é que revela condescendência autoritária na preservação do status quo lesivo”.

Não obstante a completude de tais explicações, o mesmo autor descreve com igual maestria acerca do **princípio da precaução**, em linhas dignas de nota:

“Já o princípio constitucional da precaução, igualmente dotado de eficácia direta e imediata, estabelece (não apenas no campo ambiental), a obrigação de adotar medidas antecipatórias e proporcionais, mesmo nos casos de incerteza quanto à produção de danos fundadamente temidos (juízo de forte verossimilhança). A inobservância do dever configura omissão antijurídica, que, a semelhança do que se sucede com a ausência da prevenção”.



cabível, tem o condão de gerar dano (material e/ou moral) injusto e, portanto, indenizável, dispendiosamente absorvido pela castigada massa dos contribuintes”.

(...)

O princípio da precaução, com a sua alta carga simbólica, acarreta o dever de a administração pública motivadamente evitar, nos limites de suas atribuições e possibilidades orçamentárias, a produção do evento que supõe danoso, em face de fundada convicção (juízo de verossimilhança e de forte probabilidade) quando o risco de, se não for interrompido tempestivamente o nexo de causalidade, ocorrer prejuízo desproporcional, isto é, manifestamente superior aos custos (sociais, econômicos e ambientais) da eventual atividade interventiva.

Por exemplo, não se pode liberar um medicamento sem segurança quanto a possíveis efeitos colaterais, o que supõe tempo de monitoramento. Outro exemplo: o “poder geral de cautela” que se confere aos Tribunais de Contas, na aplicação da teoria dos poderes implícitos no artigo 71 da CF: trata-se do poder-dever de, motivadamente, tomar providências assecuratórias da própria decisão final. Não há, aqui, certeza do dano tampouco com relação ao conteúdo da decisão definitiva, mas forte verossimilhança. Mais: não se deve liberar para consumo um alimento exposto a determinada contaminação provavelmente deletéria. Em todos os casos, não há certeza da nocividade, mas a cautela se impõe.

No cotejo, pois, com o princípio da prevenção, a diferença sutil reside no grau estimado de probabilidade da ocorrência do dano (certeza versus verossimilhança). Assim, ao implementar a precaução, a Administração Pública, no exercício de suas competências, igualmente precisa agir na presunção de que a interrupção do nexo de causalidade consubstancia, no plano concreto, atitude mais adequada que a liberação do liame.

(...)

Útil observar que os princípios da prevenção e da precaução estão intimamente associados a segurança e a sustentabilidade. Sem prevenção e precaução, não funcionam os modelos



desenhados para promover o desenvolvimento com equidade e a prosperidade econômica com qualidade de vida.

Além disso, precaução e prevenção são princípios que nada tem de anticientífico ou de conservador, menos ainda de refratário às inovações tecnológicas. Têm a ver, sim, com proteção da segurança, em sentido amplíssimo, que acarreta, por exemplo, o dever de exigir, no processo produtivo, a substituição de materiais arriscados por outros seguros para a saúde, sem protelações baseadas no economicismo indefensável.

(...)

O Estado Democrático jamais cumprirá as suas funções, perante os velhos e novos danos, se insistir em se manter hostil às intervenções necessárias, erro simétrico ao de tentar controlar tudo. Quer dizer, o que se pretende é o justo equilíbrio dinâmico das decisões administrativas.

“No jogo concertado entre mobilidade e continuidade, não pode haver lugar nem para a falta de antecipação, nem para o imobilismo da perplexidade, pois ambos os fenômenos abrem espaço à sórdida aventura à custa do risco alheio”.

No presente caso, propõe-se o Projeto de Lei destinado a prorrogação (2021/2023) e adequação do Programa de Aposentadoria Incentivada para os servidores efetivos desta r. Câmara Municipal, **desde que preencham os requisitos nele elencados.**

Em um primeiro momento, ao se observar a estimativa de impacto orçamentário – financeiro que integra a minuta do projeto, pode-se pensar que a despeito dos significativos valores despendidos aos servidores que se beneficiarão de tal incentivo, estar-se-ia diante de uma economia de futuras parcelas, o que ao contrário do que se pensa, viria a trazer benefício ao erário municipal.

Contudo, temos que não nos parece de todo certo permitir que se implante tamanho gasto, com um hipotético retorno futuro do qual não se pode mensurar de forma



inequívoca. Da mesma forma que não se pode prever o quantum a ser economizado, não se podendo de antemão afirmar a eventual onerosidade de tais parcelas.

Em outras palavras, parece-nos que seria um risco que não compete a Administração Pública suportar. Do contrário, estar-se ia adentrando na contramão da aplicação dos princípios da prevenção e precaução, aqui invocados como garantidores do interesse público.

Relembre-se: O que se busca é evitar, nos limites das atribuições e possibilidades orçamentárias, riscos desnecessários para a coletividade.

Ademais, como já se disse linhas acima, dada a atual conjuntura econômica e política que o país passa nos últimos anos, nada pode se tomar como certo, ainda mais em se tratando da administração da coisa pública.

Aliás, é certo que esta r. Casa, nas funções legais que lhe compete, é conhecedora do trágico estado pelo qual passam as contas públicas. São inúmeros projetos e melhorias dependentes de implementação, mas ainda paralisados por impossibilidade de inclusão no orçamento, o que congela momentaneamente ações de interesse público.

Com a devida vênia, o que hoje pode parecer uma medida de economia e benfazeja receita pública, amanhã pode desencadear uma parcela de dívida que poderá pôr em cheque as necessidades básicas dos munícipes, o que não se pode permitir sob nenhum aspecto.

E, mais: Não seria demais considerar eventuais equiparações aos servidores de outras esferas públicas (não apenas municipais; mas inclusive estaduais e federais) e nas mesmas condições que os servidores beneficiados pelo Projeto de Lei que se pretende aprovar, o que importaria em possível agravamento do valor, acrescido de respectivos encargos e juros.



Vale esclarecer que as preocupações aqui expressadas não intentam deixar ao desmazelo o reconhecimento pela dedicação, trabalho e competência dos servidores desta r. Casa, **cujo zelo pelo resguardo do interesse público é notório e inegável** – São vidas inteiras dedicadas com amor e afínco ao Poder Legislativo e a causa pública. Ao contrário, trata-se de uma clara preocupação com o mesmo interesse público, do qual não se pode dispensar, sob nenhuma circunstância.

Por tais razões, **insta concluir que a deliberação quanto ao mérito da matéria aqui deliberada cabe única e exclusivamente aos membros desta nobre Casa de Leis.** Este parecer jurídico é meramente opinativo e não vinculativo, *d.m.v.*. Daí porque tantos esclarecimentos técnicos e alertas a respeito do objeto em debate; merecedor de redobrada análise, estudos financeiros, orçamentários e contábeis; e não apenas jurídicos, e que espera-se sejam levados a efeito pelos senhores Vereadores quando da eventual tramitação e deliberação.

REQUISITOS LEGAIS - ARTIGO 16 DA LEI Nº 101/2000

Por fim, cumpre ressaltar que, em obediência ao disposto na Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, em seu artigo 16, **o Poder Executivo apresentou “declaração” de que há compatibilidade e adequação da despesa constante do referido Projeto a Lei de Responsabilidade Fiscal - (PPA, LOA e LDO) e estimativa de impacto financeiro.**

DA NECESSÁRIA RECOMENDAÇÃO AO GESTOR – Lei 173/2020

Em razão do conteúdo disposto na Lei 173/2020 instituída em razão da crise do corona vírus, se faz necessária atenção por parte do gestor quando de eventual aplicação do disposto nesta Lei.



QUORUM

Sendo assim, temos a esclarecer que para a sua aprovação é exigido quorum de maioria de votos, desde que presentes mais da metade dos membros da Câmara, nos termos do artigo 53 da Lei Orgânica Municipal e artigo 56, inciso III do Regimento Interno da Câmara Municipal de Pouso Alegre.

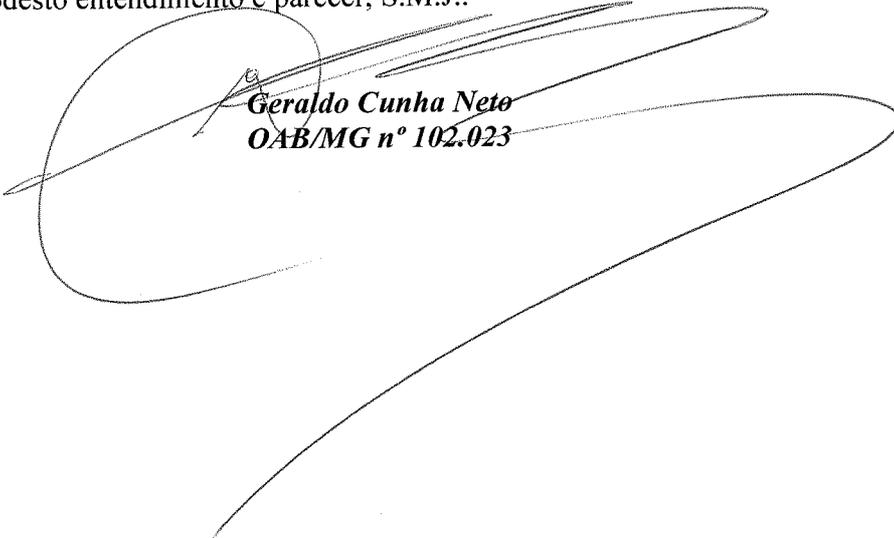
REQUISITOS LEGAIS - ARTIGO 16 DA LEI Nº 101/2000

Por fim, cumpre ressaltar que a Mesa Diretora, em obediência ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, em seu artigo 16, encaminhou “*declaração*” de que “*há compatibilidade e adequação da despesa constante do referido Projeto com o disposto na Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)*”.

CONCLUSÃO

Por tais razões, exara-se *parecer favorável* ao regular processo de tramitação do Substitutivo nº 01 ao **Projeto de Lei nº 7.648/2020**, para ser submetido à análise das ‘*Comissões Temáticas*’ da Casa e, posteriormente, à deliberação Plenária. **Salienta-se, reitere-se e registre-se que, o parecer jurídico, ora exarado, é de caráter meramente opinativo, sendo que a decisão final a respeito, compete única e exclusivamente aos ilustres membros desta Casa de Leis.**

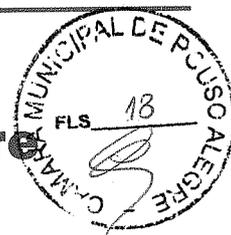
É o modesto entendimento e parecer, S.M.J..


Geraldo Cunha Neto
OAB/MG nº 102.023



Câmara Municipal de Pouso Alegre

- Minas Gerais -



Gabinete Parlamentar

PARECER Nº 169 DE 2020

RELATÓRIO

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação da Câmara Municipal de Pouso Alegre – MG, no uso de suas atribuições legais para exame do Substitutivo nº 01 ao PROJETO DE LEI Nº 7648/2020 de autoria da Mesa Diretora que “ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 1º DA LEI Nº 5897/17 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

FUNDAMENTAÇÃO E CONCLUSÃO DA RELATORIA

Conforme o artigo 67 e seguintes, do Regimento Interno desta Casa, combinado com o artigo 37 e parágrafos, da Lei Orgânica do Municipal, são atribuições das Comissões Permanentes o estudo e a emissão de parecer acerca das proposições que lhe são apresentadas e, à esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação cabe especificamente, nos termos do artigo 68, do Regimento Interno, examinar as proposições referentes às matérias desta natureza que trata este referido Projeto de Lei.

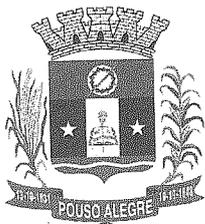
O projeto de lei em análise visa alterar a redação do art. 1º da Lei nº 5897/2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica instituído o Programa de Aposentadoria Incentivada, com o objetivo de incentivar a aposentadoria de servidores efetivos do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Legislativo do Município de Pouso Alegre/MG”.

Art. 2º Altera a redação do art. 7º da Lei nº 5897/2017, que passa a vigorar com a seguinte a redação:

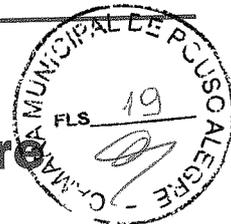
“Art. 7º Após o deferimento de adesão ao Programa de Aposentadoria Incentivada, os servidores terão o prazo de 30 dias para ingressar com pedido de aposentadoria junto ao Instituto de Previdência.

A Lei nº 5897 aprovada nesta Casa de Leis em 2017, alinhou-se a políticas de gestão administrativa propagadas em todos os setores da Administração Pública. Diante do crescimento vegetativo da folha de pagamento, torna-se conveniente que, em alguns casos, a Administração incentive a aposentadoria, a fim de que ingressem novos agentes no serviço público que, em início de carreira, implicam dispêndio público menor do que os que estejam avançados no plano de carreira.



Câmara Municipal de Pouso Alegre

- Minas Gerais -



Gabinete Parlamentar

O Programa de Aposentadoria Incentivada (PAN) criado pela Lei n. 5897/2017, e que se inspira em modernos programas implantados em âmbitos federal e estaduais, é um instrumento a serviços da Administração que, verificando, por razões econômicas e de conveniência e oportunidade, poderá incentivar a aposentadoria de seus servidores, mediante contraprestação financeira.

Por sua vez, o Departamento Jurídico desta Casa, após análise, emitiu o parecer FAVORÁVEL à tramitação do Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei em estudo, eis que não foram constatados obstáculos legais à tramitação do aludido Projeto de Lei.

Dessa forma, esta Comissão concluiu que ao Substitutivo nº 01 do Projeto de Lei nº 7648/2020 cumpriu as condições legais no que tange à competência e à iniciativa.

CONCLUSÃO

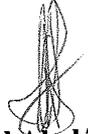
Após análise do presente substitutivo nº 01 **Projeto de Lei nº 7648/2020**, a Comissão verificou que a proposta se encontra com todos os requisitos legais preenchidos.

Diante dos fatos narrados, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação **EXARA PARECER FAVORÁVEL** à tramitação do referido Projeto de Lei, julgando-o apto a ser apreciado pelo Plenário desta Edilidade. É o nosso parecer.

Pouso Alegre, 08 de dezembro de 2020.


Dionísio Ailton Pereira
Relator


Bruno Dias
Presidente


Rafael Aboláfio
Secretário



Câmara Municipal de Pouso Alegre

- Minas Gerais -



Gabinete Parlamentar

(Parecer ___/2020)

Pouso Alegre, 08 de dezembro de 2020.

PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ***(CAP)***

RELATÓRIO

A Comissão de Administração Pública da Câmara Municipal de Pouso Alegre – MG, no uso de suas atribuições legais para exame do “**Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 7.648/2020**”, de autoria da Mesa Diretora que, “**ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 1º DA LEI Nº 5897/17 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**”. Ao final emite o respectivo parecer e voto, nos termos regimentais.

FUNDAMENTAÇÃO E CONCLUSÃO DA RELATORIA

Conforme o artigo 67 e seguintes, do Regimento Interno desta Casa, combinado com o artigo 37 e parágrafos, da Lei Orgânica do Municipal, são atribuições das Comissões Permanentes o estudo e a emissão de parecer acerca das proposições que lhe são apresentadas e, à esta Comissão de Administração Pública cabe especificamente, nos termos do artigo 70, do Regimento Interno, examinar as proposições referentes às matérias desta natureza que trata este referido Substitutivo ao Projeto de Lei.

A Comissão de Administração Pública, após análise e discussão, constatou que o Substitutivo ao Projeto de Lei nº 7.648/2020, tem como objetivo prorrogar, para os exercícios 2020 e 2023, o Programa de Aposentadoria Incentivada, a fim de incentivar a aposentadoria dos servidores efetivos do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Legislativo do Município de Pouso Alegre

Por sua vez, o Departamento Jurídico desta Casa, após análise, emitiu o parecer FAVORÁVEL à tramitação do Projeto de Lei em estudo.

Diante do exposto, segue a conclusão deste parecer, cujos termos estão devidamente apresentados.

DW

DA



Pouso Alegre, 08 de dezembro de 2020.

**PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA
(CAFO)**

RELATÓRIO

A Comissão de Administração Financeira e Orçamentária da Câmara Municipal de Pouso Alegre – MG, no uso de suas atribuições legais para exame do **Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 7.648/2020** que altera a redação do artigo 1º da lei nº 5897/17 e dá outras providências, passando a emitir o respectivo parecer e voto, nos termos regimentais.

FUNDAMENTAÇÃO E CONCLUSÃO DA RELATORIA

Conforme o artigo 67 e seguintes, do Regimento Interno desta Casa, combinado com o artigo 37 e parágrafos, da Lei Orgânica do Municipal, são atribuições das Comissões Permanentes o estudo e a emissão de parecer acerca das proposições que lhe são apresentadas e, à esta Comissão Permanente de Administração Financeira e Orçamentária cabe especificamente, nos termos do artigo 69, do Regimento Interno, examinar as proposições referentes às matérias desta natureza que trata este referido Substitutivo ao Projeto de Lei.

O Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei tem como fim prorrogar, para os exercícios 2020 e 2023, o Programa de Aposentadoria Incentivada, a fim de incentivar a aposentadoria dos servidores efetivos do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Legislativo do Município de Pouso Alegre.

Por sua vez, o Departamento Jurídico desta Casa, após análise, emitiu o parecer FAVORÁVEL à tramitação do Projeto de Lei em estudo.

CONCLUSÃO

O Relator da Comissão Permanente de Administração Financeira e Orçamentária, feita a análise, **EXARA PARECER FAVORÁVEL A TRAMITAÇÃO AO SUBSTITUTIVO Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 7.648/2020.**



Vereador Bruno Dias
Relator



Vereador Leandro Morais
Presidente



Vereador Oliveira
Secretário



Câmara Municipal de Pouso Alegre

Estado de Minas Gerais

- F-C Assessoria Jurídica
- F-C Comissão de Legislação, Justiça e Redação
- F-C Comissão de Ordem Social
- F-C Comissão de Administração Pública
- F-C Comissão de Adm. Financeira e Orçamentária
- F-C Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Deficiente e da Pessoa Idosa
- F-C Comissão de Saúde, Meio Amb. e Prot. Animal
- F-C Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Quórum:

- (X) Maioria Simples
- () Maioria Absoluta
- () Maioria Qualificada

PROJETO DE LEI Nº 7.648/2020

Às Comissões, em 01/12/2020

ASSUNTO:

ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 1º DA LEI Nº 5897/17 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Autor: Mesa Diretora

Anotações: *Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 7648/2020 aprovado na sessão ordinária de 08/12/2020, em única votação, por 62 votos a 0.*

1ª Disc. / Votação	2ª Disc. / Votação	Única Votação
Proposição: _____	Proposição: _____	Proposição: _____
Por _____ votos	Por _____ votos	Por _____ votos
em ____/____/____	em ____/____/____	em ____/____/____
Ass.: _____	Ass.: _____	Ass.: _____



CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE
Estado de Minas Gerais

PROJETO DE LEI Nº 7648 /2020

**ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 1º DA LEI
Nº 5897/17 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A Câmara Municipal de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, aprova e o Chefe do Poder Executivo sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Altera a redação do art. 1º da Lei nº 5897/2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica instituído o Programa de Aposentadoria Incentivada, com o objetivo de incentivar a aposentadoria de servidores efetivos do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Legislativo do Município de Pouso Alegre/MG”.

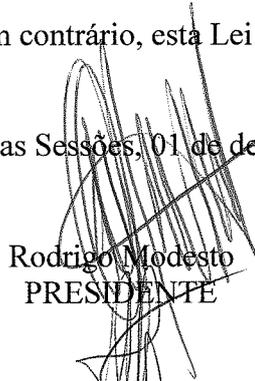
Art. 2º Altera a redação do art. 7º da Lei nº 5897/2017, que passa a vigorar com a seguinte a redação:

“Art. 7º Após o deferimento de adesão ao Programa de Aposentadoria Incentivada, os servidores terão o prazo de 30 dias para ingressar com pedido de aposentadoria junto ao Instituto de Previdência.

Parágrafo único. A protocolização do requerimento de aposentadoria em momento diverso do indicado no caput ocasionará a renúncia ao direito de adesão ao Programa de Aposentadoria Incentivada e aos benefícios dele advindos”.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 01 de dezembro de 2020.


Rodrigo Modesto
PRESIDENTE

Rafael Apoláfio
VICE-PRESIDENTE


Dionísio Pereira
1º SECRETÁRIO



CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE Estado de Minas Gerais

JUSTIFICATIVA

A lei nº 5897, aprovada nesta Casa de Leis em 2017, alinhou-se a políticas de gestão administrativa propagadas em todos os setores da Administração Pública.

Diante do crescimento vegetativo da folha de pagamento, torna-se conveniente que, em alguns casos, a Administração incentive a aposentadoria, a fim de que ingressem novos agentes no serviço público que, em início de carreira, implicam dispêndio público menor do que os que estejam avançados no plano de carreira.

Nesse sentido, o Programa de Aposentadoria Incentivada (PAI) criado pela Lei n. 5897/2017, e que se inspira em modernos programas implantados em âmbitos federal e estaduais, é um instrumento a serviços da Administração que, verificando, por razões econômicas e de conveniência e oportunidade, poderá incentivar a aposentadoria de seus servidores, mediante contraprestação financeira.

Não obstante a viabilidade e sucesso do instrumento, que já foi utilizado pela Câmara Municipal na aposentação de três servidores, foi positivada uma cláusula temporal de vigência que impede a sua utilização para aposentação dos demais servidores.

Tal restrição, sem razão lógica aparente, afronta o princípio da igualdade, isonomia e impessoalidade que tingem a relação entre a Administração e seus servidores. Desse modo, como a decisão pela aplicação do PAI fica a exclusivo critério da Administração, que, no momento oportuno, pode decidir pelo incentivo ou não à aposentadoria de cada servidor, não faz sentido manter uma limitação temporal de vigência da lei.

Com essas contundentes razões, propõe-se o presente projeto para retirar da Lei nº 5897/2017 a limitação de tempo de sua vigência: 2 anos. Desse modo, a Administração, verificando, como fez nos outros casos mencionados, que a aplicação do PAI compensa aos cofres públicos, poderá aplicá-la também aos demais servidores que venham a satisfazer condições de aposentação.

Revestindo-se o projeto de razões jurídicas, econômicas e de justiça social, pede-se sua aprovação por este Colendo Plenário.

Sala das Sessões, 01 de dezembro de 2020.

Rodrigo Modesto
PRESIDENTE

Rafael Aboláfio
VICE-PRESIDENTE

Dionísio Pereira
1º SECRETÁRIO



LEI Nº 5.897, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Institui o Programa de Aposentadoria Incentivada para os servidores efetivos da Câmara Municipal de Pouso Alegre/MG e dá outras providências.

Autor: Mesa Diretora

A Câmara Municipal de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, aprova e o Chefe do Poder Executivo sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, para os exercícios de 2018 a 2020 o Programa de Aposentadoria Incentivada, com o objetivo de incentivar a aposentadoria de servidores efetivos do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Legislativo do Município de Pouso Alegre/MG.

Parágrafo único. O prazo disposto no caput deste artigo pode ser prorrogado uma vez, por igual período.

Art. 2º Os servidores efetivos em atividade no Poder Legislativo Municipal que hajam preenchido ou venham a preencher todos os requisitos para aposentadoria voluntária integral, restando apenas atingir a idade para a aposentadoria compulsória, e os servidores que apenas preencham os requisitos para aposentadoria proporcional poderão aderir ao Programa de Aposentadoria Incentivada.

Parágrafo único. A implementação do referido Programa será realizada por etapas, observada a ordem de protocolo do pedido, de acordo com a conveniência e a oportunidade do Poder Legislativo, conforme avaliação da Mesa Diretora.

Art. 3º Excetuam-se do disposto no art. 2º desta Lei aqueles que:

I - já tenham requerido aposentadoria;

II - tenham sido condenados por decisão judicial transitada em julgado que importe na perda do cargo.

Art. 4º Os servidores efetivos que estiverem respondendo a processo administrativo disciplinar ou penal poderão aderir ao Programa de Aposentadoria Incentivada, entretanto o deferimento do pedido fica condicionado à conclusão do processo.

Art. 5º Será concedida indenização aos servidores efetivos que hajam preenchido ou venham a preencher todos os requisitos para aposentadoria voluntária integral que aderirem ao Programa e Aposentadoria Incentivada, de valor correspondente à média ponderada de 50% (cinquenta por cento) de seu salário base mensal, por ano e fração de serviço prestado ao Poder Legislativo Municipal até a data de sua adesão ao programa.

§ 1º Aos servidores efetivos que postularem aposentadoria com vencimento proporcional ao tempo de serviço prestado e tiverem o pedido de adesão ao Programa de Aposentadoria Incentivada deferido será concedida indenização de valor correspondente a 50% (cinquenta



por cento) de seu salário base mensal, por ano e fração de serviço prestado ao Poder Legislativo Municipal até a data de sua adesão ao programa.

§ 2º Para o cálculo da indenização referida no caput deste artigo considerar-se-á o valor do salário base no mês da adesão ao Programa de Aposentadoria Incentivada.

§ 3º Para fins de apuração de tempo de serviço efetivamente prestado ao Poder Legislativo Municipal, considera-se a data de nomeação na Câmara Municipal de Pouso Alegre, computando-se o exercício de cargo de provimento em comissão e de outros cargos de provimento efetivo, ainda que diferentes do cargo atual, considerando como termo final da contagem do tempo de serviço o último dia estabelecido para adesão ao Programa de Aposentadoria Incentivada.

§ 4º A indenização de que trata este artigo não se incorpora, para nenhum efeito, ao provento de aposentadoria e nem interfere em seu cálculo, assim como não compõe margem de cálculo consignável ou para qualquer outro fim.

Art. 6º O pagamento da indenização referida no art. 5º desta Lei fica condicionado ao deferimento da aposentadoria e, conforme o caso, será efetivado em até 2 (duas) parcelas, mensais e sucessivas, em até 15 dias do deferimento de sua aposentadoria pelo Órgão Previdenciário, respeitada a disponibilidade orçamentária e financeira do Poder Legislativo.

§ 1º Conforme legislação vigente, sobre as verbas de natureza indenizatória não há incidência de Imposto de Renda a ser retido na fonte.

§ 2º Não haverá incidência de correção monetária sobre o valor da indenização na hipótese de pagamento parcelado.

§ 3º Em nenhuma hipótese incidirão juros sobre o valor da indenização.

§ 4º Será deduzido do valor da indenização eventual saldo de débito que os servidores porventura tenham com o Poder Legislativo.

Art. 7º Após o requerimento de adesão ao Programa de Aposentadoria Incentivada e de seu deferimento, os servidores deverão aguardar o momento indicado pelo Poder Legislativo para requerimento do afastamento de suas atividades e de sua aposentadoria ao Órgão Previdenciário.

Parágrafo único. A protocolização dos requerimentos de afastamento e aposentadoria em momento diverso do indicado pelo Poder Legislativo ocasionará a renúncia imediata ao direito de adesão ao Programa de Aposentadoria Incentivada e aos benefícios dele advindos.

Art. 8º A adesão ao Programa de Aposentadoria Incentivada não retira dos servidores o direito à participação nos processos de progressão na carreira enquanto na atividade.

Parágrafo único. Possíveis progressões posteriores à adesão dos servidores ao Programa de Aposentadoria Incentivada não serão computadas para efeito de cálculo da indenização prevista no art. 5º desta Lei.

Art. 9º No caso de novo ingresso no serviço público municipal, o tempo de serviço considerado para apuração da indenização, nos termos desta Lei, não poderá ser reutilizado para o mesmo fim ou aquisição de qualquer outro benefício ou vantagem.



Art. 10. Fica expressamente vedada, pelo prazo de 4 (quatro) anos, a contar da data da publicação do ato de aposentação, a nomeação do beneficiado pelo Programa de Aposentadoria Incentivada para ocupar cargo de provimento em comissão ou a sua contratação por qualquer outra modalidade no âmbito do Poder Legislativo Municipal, exceto se habilitado em concurso público de provas ou de provas e títulos para cargo de provimento efetivo.

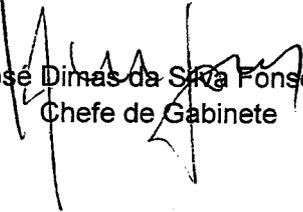
Art. 11. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, que serão suplementadas, se necessário.

Art. 12. O Poder Legislativo Municipal regulamentará a execução do disposto nesta Lei.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Alegre-MG, 15 de dezembro de 2017.


RAFAEL TADEU SIMÕES
Prefeito Municipal


José Dimas da Silva Fonseca
Chefe de Gabinete



CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE
Estado de Minas Gerais

IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

Prorrogação do Programa de Aposentadoria Incentivada



A responsabilidade pela gestão fiscal e o equilíbrio das contas públicas exigidas na Lei de Responsabilidade Fiscal- LRF pressupõe ações planejadas e transparentes de forma a efetuar rígido controle de despesas, observando-se sempre a disponibilidade orçamentária e de caixa para execução das mesmas.

Os atos de criação ou aumento de despesa deverão estar sempre acompanhados da estimativa do impacto orçamentário-financeiro, na forma de que tratam os artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

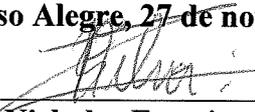
O estudo leva em consideração **o impacto orçamentário-financeiro pela proposta de prorrogação do Programa de Aposentadoria Incentivada, Lei 5897/2017.**

Estimamos que não haverá impacto orçamentário-financeiro, pois a economia gerada em folha de pagamento compensará o montante a ser pago referente ao valor das indenizações previstas no Programa de Aposentadoria.

As referidas despesas são objetos de dotação específica, estando abrangida por crédito genérico, nas classificações orçamentárias acima, previstos no programa de trabalho nº 0014, assim como atende à Lei de Diretrizes Orçamentárias e encontra-se adequada aos parâmetros financeiros da administração, não infringindo, portanto, quaisquer disposições da legislação vigente.

Diante dos fatores acima citados, **verificamos a viabilidade financeira do objeto em estudo.**

Pouso Alegre, 27 de novembro de 2020.


Nicholas Ferreira da Silva
Coordenador de Finanças e Orçamento



CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE
Estado de Minas Gerais

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA



Na qualidade de ordenador da despesa, declaro para os devidos fins, especialmente os constantes da Lei Federal Complementar n.º101/2000, que objeto de levantamento de impacto orçamentário e financeiro, encontra-se em conformidade com a previsão de gasto, além de não comprometer as ações previstas nos resultados fiscais da Câmara Municipal de Pouso Alegre.

Pouso Alegre, 27 de novembro de 2020.

Rodrigo Otávio de Oliveira Modesto
Presidente



Câmara Municipal de Pouso Alegre

- Minas Gerais -



Gabinete Parlamentar

(Parecer ___/2020)

Pouso Alegre, 08 de dezembro de 2020.

PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (CAP)

RELATÓRIO

A Comissão de Administração Pública da Câmara Municipal de Pouso Alegre – MG, no uso de suas atribuições legais para exame do “**Projeto de Lei nº 7.648/2020**”, de autoria da Mesa Diretora que, “**ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 1º DA LEI Nº 5897/17 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**”. Ao final emite o respectivo parecer e voto, nos termos regimentais.

FUNDAMENTAÇÃO E CONCLUSÃO DA RELATORIA

Conforme o artigo 67 e seguintes, do Regimento Interno desta Casa, combinado com o artigo 37 e parágrafos, da Lei Orgânica do Municipal, são atribuições das Comissões Permanentes o estudo e a emissão de parecer acerca das proposições que lhe são apresentadas e, à esta Comissão de Administração Pública cabe especificamente, nos termos do artigo 70, do Regimento Interno, examinar as proposições referentes às matérias desta natureza que trata este referido Projeto de Lei.

A Comissão de Administração Pública, após análise e discussão, constatou que o Projeto de Lei nº 7.648/2020, tem como objetivo retirar da Lei nº 5897/2017 a limitação de tempo de sua vigência: 2 anos. A Administração verificando que a aplicação do PAI compensa aos cofres públicos, poderá aplicá-la também aos demais servidores que venham a satisfazer condições de aposentação.

Por sua vez, o Departamento Jurídico desta Casa, após análise, emitiu o parecer FAVORÁVEL à tramitação do Projeto de Lei em estudo.

Diante do exposto, segue a conclusão deste parecer, cujos termos estão devidamente apresentados.



Câmara Municipal de Pouso Alegre

- Minas Gerais -



Gabinete Parlamentar

CONCLUSÃO

O Relator da Comissão Permanente de Administração Pública, feita a análise, **EXARA PARECER FAVORÁVEL À TRAMITAÇÃO AO PROJETO E LEI Nº 7.648/2020.**

Vereador Leandro Morais

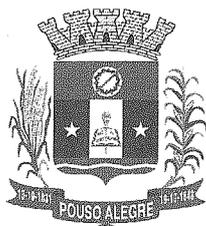
Relator

Vereador Dito Barbosa

Presidente

Vereador Oliveira

Secretário



Câmara Municipal de Pouso Alegre

- Minas Gerais -



Gabinete Parlamentar

Pouso Alegre, 08 de dezembro de 2020.

PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA (CAFO)

RELATÓRIO

A Comissão de Administração Financeira e Orçamentária da Câmara Municipal de Pouso Alegre – MG, no uso de suas atribuições legais para exame do **Projeto de Lei nº 7.648/2020** que altera a redação do artigo 1º da lei nº 5897/17 e dá outras providências, passando a emitir o respectivo parecer e voto, nos termos regimentais.

FUNDAMENTAÇÃO E CONCLUSÃO DA RELATORIA

Conforme o artigo 67 e seguintes, do Regimento Interno desta Casa, combinado com o artigo 37 e parágrafos, da Lei Orgânica do Municipal, são atribuições das Comissões Permanentes o estudo e a emissão de parecer acerca das proposições que lhe são apresentadas e, à esta Comissão Permanente de Administração Financeira e Orçamentária cabe especificamente, nos termos do artigo 69, do Regimento Interno, examinar as proposições referentes às matérias desta natureza que trata este referido Projeto de Lei.

O Projeto de Lei tem como fim retirar da Lei nº 5897/2017 a limitação de tempo de sua vigência: 2 anos. A Administração verificando que a aplicação do PAI compensa aos cofres públicos, poderá aplicá-la também aos demais servidores que venham a satisfazer condições de aposentação.

Por sua vez, o Departamento Jurídico desta Casa, após análise, emitiu o parecer FAVORÁVEL à tramitação do Projeto de Lei em estudo.

CONCLUSÃO

O Relator da Comissão Permanente de Administração Financeira e Orçamentária, feita a análise, **EXARA PARECER FAVORÁVEL A TRAMITAÇÃO AO PROJETO DE LEI Nº 7.648/2020.**


Vereador Bruno Dias
Relator


Vereador Leandro Moraes
Presidente


Vereador Oliveira
Secretário



Câmara Municipal de Pouso Alegre

- Minas Gerais -



Gabinete Parlamentar

PARECER Nº 169 DE 2020

RELATÓRIO

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação da Câmara Municipal de Pouso Alegre – MG, no uso de suas atribuições legais para exame do **PROJETO DE LEI Nº 7648 /2020 de autoria da Mesa Diretora que “ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 1º DA LEI Nº 5897/17 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

FUNDAMENTAÇÃO E CONCLUSÃO DA RELATORIA

Conforme o artigo 67 e seguintes, do Regimento Interno desta Casa, combinado com o artigo 37 e parágrafos, da Lei Orgânica do Municipal, são atribuições das Comissões Permanentes o estudo e a emissão de parecer acerca das proposições que lhe são apresentadas e, à esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação cabe especificamente, nos termos do artigo 68, do Regimento Interno, examinar as proposições referentes às matérias desta natureza que trata este referido Projeto de Lei.

O projeto de lei em análise visa alterar a redação do art. 1º da Lei nº 5897/2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica instituído o Programa de Aposentadoria Incentivada, com o objetivo de incentivar a aposentadoria de servidores efetivos do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Legislativo do Município de Pouso Alegre/MG”.

Art. 2º Altera a redação do art. 7º da Lei nº 5897/2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º Após o deferimento de adesão ao Programa de Aposentadoria Incentivada, os servidores terão o prazo de 30 dias para ingressar com pedido de aposentadoria junto ao Instituto de Previdência.

A Lei nº 5897 aprovada nesta Casa de Leis em 2017, alinhou-se a políticas de gestão administrativa propagadas em todos os setores da Administração Pública. Diante do crescimento vegetativo da folha de pagamento, torna-se conveniente que, em alguns casos, a Administração incentive a aposentadoria, a fim de que ingressem novos agentes no serviço público que, em início de carreira, implicam dispêndio público menor do que os que estejam avançados no plano de carreira.



Câmara Municipal de Pouso Alegre

- Minas Gerais -



Gabinete Parlamentar

O Programa de Aposentadoria Incentivada (PAN) criado pela Lei n. 5897/2017, e que se inspira em modernos programas implantados em âmbitos federal e estaduais, é um instrumento a serviços da Administração que, verificando, por razões econômicas e de conveniência e oportunidade, poderá incentivar a aposentadoria de seus servidores, mediante contraprestação financeira.

Por sua vez, o Departamento Jurídico desta Casa, após análise, emitiu o parecer FAVORÁVEL à tramitação do Projeto de Lei em estudo, eis que não foram constatados obstáculos legais à tramitação do aludido Projeto de Lei.

Dessa forma, esta Comissão concluiu que o Projeto de Lei nº 7648/2020 cumpriu as condições legais no que tange à competência e à iniciativa.

CONCLUSÃO

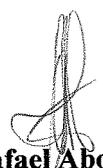
Após análise do presente **Projeto de Lei nº 7648/2020**, a Comissão verificou que a proposta se encontra com todos os requisitos legais preenchidos.

Diante dos fatos narrados, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação **EXARA PARECER FAVORÁVEL** à tramitação do referido Projeto de Lei, julgando-o apto a ser apreciado pelo Plenário desta Edilidade. É o nosso parecer.

Pouso Alegre, 08 de dezembro de 2020.


Dionísio Ailton Pereira
Relator


Bruno Dias
Presidente


Rafael Aboláfio
Secretário